

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

v. 12 n. 70

janeiro/fevereiro 2026

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenadores

Fernanda Tartuce

Flávio Tartuce

Conselho Científico

Giselda Novaes Hironaka

Pablo Stolze Gagliano

Rodolfo Pamplona Filho

Conselho Editorial

Álvaro Villaça Azevedo – Águida Arruda Barbosa – André Luiz Arnt Ramos
Carlos Eduardo Elias de Oliveira – Cláudia Mara Viegas – Débora Vanessa Caús Brandão
Jones Figueirêdo Alves – José Fernando Simão – Luciana Faísca – Luciana Pedroso Xavier
Luis Felipe Salomão – Maria Helena Bracciro Daneluzzi – Maria Helena Diniz
Marília Pedroso Xavier – Maurício Bunazar – Pablo Malheiros da Cunha Frota
Ricardo Calderón – Rodrigo Mazzei – Rodrigo Toscano de Brito
Rosa Maria de Andrade Nery – Rui Portanova – Silvio de Salvo Venosa

Colaboradores deste Volume

Clara Angélica Gonçalves – Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas
Daniela Braga Paiano – Davi Ferreira Avelino Santana – Deivid Carvalho Lorenzo
Eduardo Marostega – Fernanda Araujo Padilha Pereira Dornelas
Flávia Brandão Maia Perez – Juliano Ralo Monteiro – Keiti Michele Caperuci
Lavínia Thereza Neves Silva Lima – Maicke Oliveira Santos
Maria Helena Marques Bracciro Daneluzzi – Maria José Espíndola
Mariana Ferreira da Cruz Pires – Mário Luiz Delgado
Maritânia Salete Salvi Rafagnin – Nathália Fernanda Dalcolmo Pinheiro
Rodrigo Oliveira Acioli Lins – Rosilene Paiva Marinho de Sousa
Tatiany Nascimento Chagas – Thiago do Amaral Santos

© Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões

n. 1 (jul./ago. 2014)-.- Porto Alegre: Magister, 2014-
Bimestral. Coordenação: Fernanda Tartuce e Flávio Tartuce.

n. 70 (jan./fev. 2026)
ISSN 2358-3223

1. Direito de Família – Periódico. 2. Direito de Sucessão – Periódico.

CDU 347.6(05)
CDU 347.65(05)

Ficha catalográfica: Leandro Lima – CRB 10/1273

Capa: Fernanda Napolitano

EDITORIA MAGISTER

Diretor: Fábio Paixão

Editora Magister

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS
91340-340

Apresentação

A *Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões*, referência em nosso País, chega ao número 70, com temas de grande relevo para a comunidade jurídica nacional.

Iniciamos o volume com a pesquisa de Flávia Brandão Maia Perez e Mário Luiz Delgado, sobre *A guarda compartilhada no Brasil e a experiência comparada com a Austrália: desafios e caminhos de aprimoramento*. Os autores analisam criticamente o modelo brasileiro de guarda compartilhada à luz da experiência recente da Austrália que, em 2024, reformou sua legislação ao eliminar a presunção de responsabilidade parental igualitária.

Na sequência, temos o texto elaborado Maria Helena Marques Braceiro Daneluzzi e Mariana Ferreira da Cruz Pires, que analisam a questão da (in) transmissibilidade dos bens jurídicos existenciais deixados por pessoa falecida, o acesso dos herdeiros a tais bens e a possibilidade de elaboração de disposição de última vontade cuja manifestação seja voltada à destinação de ativos digitais de cunho não patrimonial. As autoras assim intitularam a pesquisa como *Bens digitais existenciais e o acesso às plataformas digitais de pessoa falecida*.

Seguimos a edição com o estudo *A responsabilidade civil por ausência de convite do outro genitor para a cerimônia de celebração do batismo do filho comum: descumprimento do dever de afeto como desdobramento do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana*. Entre outras abordagens, os autores Tatiany Nascimento Chagas, Maicke Oliveira Santos e Clara Angélica Gonçalves analisam se há consequência jurídica ao cônjuge ou ex-consorte que não noticia ao outro sobre a cerimônia de batismo do filho comum, em razão do descumprimento do princípio do afeto que deve permear as relações dos integrantes do núcleo familiar, sejam conviventes ou separados.

Davi Ferreira Avelino Santana e Deivid Carvalho Lorenzo marcam presença neste volume com o artigo *Libelo da condessa e do conde de Iguçu: estudo a partir dos autos originais*. A pesquisa explorou os contextos histórico e social que envolvem o caso, bem como as implicações legais e pessoais para os envolvidos, destacando as particularidades do sistema jurídico da época e a posição social dos litigantes.

Partilha de quotas sociais na dissolução da sociedade conjugal: da comunhão de bens à apuração de haveres é o tema do artigo escrito por Eduardo Marostega e Thiago do Amaral Santos. O direito do cônjuge meeiro à apuração de haveres decorrente da partilha de quotas sociais na dissolução da sociedade conjugal e a legitimidade ativa do meeiro, a controvérsia quanto à legitimidade passiva da sociedade empresária, a fixação da data-base da apuração e os critérios técnicos de avaliação são os principais temas abordados pelos autores.

Dando continuidade a este volume da Revista, o ensaio *Transexualidade e o direito à identidade civil na sociedade líquido-moderna de Bauman*, de Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas e Maria José Espíndola, objetiva a compreensão da construção das identidades de gênero em uma sociedade líquido-moderna, caracterizada pela transitoriedade, fluidez e instabilidade dos vínculos sociais, em constante mutação, bem como examina as questões jurídicas envolvidas na alteração de nome e de gênero de pessoas transexuais nos registros públicos, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual.

Na sequência, Fernanda Araujo Padilha Pereira Dornelas e Nathália Fernanda Dalcolmo Pinheiro contribuem com o texto *Trabalho de cuidado não remunerado: o princípio preventivo como ferramenta para diminuição da desigualdade de gênero*. A pesquisa destaca a importância da economia do cuidado e propõe medidas para integrar esse trabalho às métricas econômicas, visando seu reconhecimento e valorização.

Daniela Braga Paiano e Keiti Michele Caperuci participam da edição questionando a forma de pôr fim no casamento católico, pois a pesquisa demonstra que no rompimento entre o Estado e a Igreja apenas o casamento civil foi reconhecido por um determinado período. A Constituição de 1934 reconheceu os efeitos civis do casamento religioso, mantidos pela de 1988, porém, a lei do divórcio estabeleceu que este instituto põe fim aos efeitos civis do casamento religioso. A interessante pesquisa intitula-se *Aspectos jurídicos e processuais do casamento canônico católico*.

A inserção do abandono afetivo como fundamento para a exclusão por indignidade no direito sucessório brasileiro: uma análise jurisprudencial do STJ é o texto apresentado por Lavínia Thereza Neves Silva Lima, Rosilene Paiva Marinho de Sousa e Maritânia Salete Salvi Rafagnin. As autoras analisam a possibilidade de ampliação aos critérios de exclusão por indignidade no contexto do abandono afetivo por herdeiro considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Chegamos ao fim desse volume com o escrito *Da paternidade socioafetiva post-mortem: comentários ao Recurso Especial nº 2.075.230/RJ*, de Juliano Ralo Monteiro e Rodrigo Oliveira Acioli Lins. Os autores investigam os fundamentos normativos e jurisprudenciais que legitimam o reconhecimento da parentalidade socioafetiva após a morte do genitor afetivo, com especial atenção à posse do estado de filho, à multiparentalidade e às repercussões sucessórias do vínculo reconhecido.

Uma ótima leitura a todos! É o que sempre desejo!

Flávio Tartuce

Coordenador da Revista

Sumário

Doutrina

1. A Guarda Compartilhada no Brasil e a Experiência Comparada com a Austrália: Desafios e Caminhos de Aprimoramento
Flávia Brandão Maia Perez e Mário Luiz Delgado 7
2. Bens Digitais Existenciais e o Acesso às Plataformas Digitais de Pessoa Falecida
Maria Helena Marques Braceiro Daneluzzi e Mariana Ferreira da Cruz Pires 19
3. A Responsabilidade Civil por Ausência de Convite do Outro Genitor para a Cerimônia de Celebração do Batismo do Filho Comum: Descumprimento do Dever de Afeto como Desdobramento do Princípio Fundamental da Dignidade da Pessoa Humana
Tatiany Nascimento Chagas, Maicke Oliveira Santos e Clara Angélica Gonçalves 38
4. Libelo da Condessa e do Conde de Iguaçu: Estudo a Partir dos Autos Originais
Davi Ferreira Avelino Santana e Deivid Carvalho Lorenzo 60
5. Partilha de Quotas Sociais na Dissolução da Sociedade Conjugal: da Comunhão de Bens à Apuração de Haveres
Eduardo Marostega e Thiago do Amaral Santos 73
6. Transexualidade e o Direito à Identidade Civil na Sociedade Líquido-Moderna de Bauman
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas e Maria José Espíndola 95
7. Trabalho de Cuidado Não Remunerado: o Princípio Preventivo como Ferramenta para Diminuição da Desigualdade de Gênero
Fernanda Araujo Padilha Pereira Dornelas e Nathália Fernanda Dalcolmo Pinheiro .. 115
8. Aspectos Jurídicos e Processuais do Casamento Canônico Católico
Daniela Braga Paiano e Keiti Michele Caperuci 133
9. A Inserção do Abandono Afetivo como Fundamento para a Exclusão por Indignidade no Direito Sucessório Brasileiro: uma Análise Jurisprudencial do STJ
Lavínia Thereza Neves Silva Lima, Rosilene Paiva Marinho de Sousa e Maritânia Salete Salvi Rafagnin 156
10. Da Paternidade Socioafetiva *Post Mortem*: Comentários ao Recurso Especial nº 2.075.230/RJ
Juliano Ralo Monteiro e Rodrigo Oliveira Acioli Lins 181
- Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários 189